

As reações em torno do programa de racionalização apresentado ontem pelo governo são divergentes. O deputado José Serra defende o racionamento, enquanto o ex-ministro Mário Henrique Simonsen acha que houve precipitação



GUERRA NO GOLFO

O governo preferiu racionar, mesmo sem saber quanto tempo durará a guerra. O estoque mundial é de 3,4 bilhões de barris, suficiente para 120 dias. A redução do gás de botijão está sendo criticada

POLÍTICA ECONÔMICA

Economistas divergem sobre programa

in A

Simonsen acha que o governo se precipitou e Serra apóia o plano de racionamento

O Programa Emergencial de Contingenciamento e Racionalização, apresentado ontem pelo governo, provocou reações contraditórias entre os economistas. Para o economista e deputado José Serra (PSDB-SP), as medidas de contenção da demanda de combustíveis e de gás são necessárias e a opção pelo racionamento é melhor do que a elevação dos preços, que aumentaria a inflação. Já o economista Mário Henrique Simonsen, professor da Fundação Getúlio Vargas, é categórico: "O governo se precipitou". Na sua opinião, um plano de emergência deve ser adotado em

emergências. "Que emergência temos hoje no Brasil?", questiona, afirmando que a situação ainda não justifica o racionamento.

Se o conflito acabar logo, argumenta Serra, o governo poderá suspender o racionamento. Caso tivesse optado pelo aumento de preços, elevaria desnecessariamente a inflação. Simonsen, porém, afirma que não existia, por enquanto, necessidade de nenhuma mudança econômica por conta da guerra. "Desde agosto o mundo está sem o petróleo do Kuwait e do Iraque e os países já se acomodaram a isso", afirma. "Se você espalha que vai faltar água em um prédio, a água acaba imediatamente", compara Simonsen, afirmando que a decisão do governo poderá até ter impacto negativo.

Serra considera, porém, que houve

um certo exagero no discurso do presidente Collor. "Esse tipo de pronunciamento cria ansiedade e faz com que o setor privado passe a reajustar preços", afirma. Em um ponto, todos concordam: o plano econômico pode até sofrer alterações, como anuncia o próprio governo, mas nenhuma delas diretamente relacionada à situação de guerra. "É preciso um entendimento amplo que leve a mudanças na política econômica", propõe Serra. A abertura do País às importações, na sua opinião, pode continuar, mas teria de ser melhor planejada: "Independentemente da guerra, não temos dólares para bancar uma abertura de verdade."

Para o vice-presidente executivo do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais (IBMEC), Paulo Guedes, o governo, em vez de mudar o Plano Collor, deveria trocar metade da

equipe econômica para formar um grupo homogêneo. "O ecletismo da equipe de hoje permite que a sociedade imagine que a inflação tanto pode ser, no mês seguinte, próxima de zero, como de 100%", afirma. Ele teme que, se o governo for mesmo mudar o Plano, acabe caindo na tentação de promover um congelamento de preços e salários que levaria o País de volta às altas taxas de inflação dos últimos meses do Governo Sarney.

O senador Roberto Campos (PDS-RJ) acha que a economia brasileira é "um doente terminal. Ele não só é contra a maior intervenção do Estado na economia como se opõe a qualquer outro plano. "O Brasil não precisa mais de planos nem aguenta outro choque. Temos de sair da cadeira elétrica", comentou com ironia.